

O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva que demonstra a prosperidade

Rodrigo Antonio Chaves da Silva

“Assim sendo, é evidente que sempre se deve supor uma matéria única como base dos contrários” Aristóteles (2001) – Da geração e corrupção, p. 30.

“O valor das empresas não é assim um só; pode apresentar vários valores segundo o balanço que for estabelecido, mas no seu meio podem passar-se factos que a contabilidade não registra e por vezes influem extraordinariamente na maior ou menor valorização da empresa.” Fernando Caetano Dias (1944) – A técnica da Leitura dos Balanços, p. 189

“O balanço é meio relativamente insuficiente à determinação exata do capital efetivo.” Francisco D’Auria (1953) – Variação do Valor Efetivo do Capital, p. 69.

RESUMO

A importância dada à qualidade demonstrativa da informação contábil sempre procurou destacar qual seria o verdadeiro poder substancial do capital, condicionado ao funcionamento; desse modo, se questionava qual era o efetivo valor da riqueza nos balanços como basilar problema. Todas as principais perspectivas teóricas, em especial as dos grandes doutrinadores, buscaram conceder uma devida ênfase ao uso da informação para saber o grau de prosperidade de um patrimônio. Sendo assim, cada um a seu ver procurou desenvolver fórmulas que promovessem uma análise profunda mantendo uma lacuna sobre tal essência que será aqui explorada. A finalidade deste trabalho é tentar apresentar uma proposta que sintetize um cálculo, para demonstrar a síntese das teorias expostas, a fim de mensurar a prosperidade; e como tal fato é um dos mais importantes a serem estudados, sendo a razão da contabilidade gerencial e da tecnologia de consultoria contábil e doutrina moderna neopatrimonialista, denota-se a importância do artigo, em razão da relevância do tema. O trabalho utiliza, entre os recursos da lógica matemática, um referencial principal e análise para o tratamento do problema cuja discussão permanecerá atualizada para investigação de outros pesquisadores que se interessem e promovam mais estudos em torno desse longo caminho a ser percorrido.

1 INTRODUÇÃO

As inúmeras propostas de observação contábil, coletadas das melhores pesquisas, provenientes de uma plêiade de estudiosos famosos (entre estes alguns principais como Besta, Zappa, Masi, Ceccherelli, Foulke, Bliss, Wall, Ferreira, Dias, Amorim, D’Auria, Sá), com variadas perspectivas a fim de promover a resolução dos problemas de comportamento patrimoniais demonstravam uma sequência: que a contabilidade, e sua informação, deveria mostrar a realidade, no sentido de explicar o nível de prosperidade do capital.

Esse sempre foi o problema maior, o cálculo ideal, ou o raciocínio dedutivo que procurasse interpretar a razão do valor efetivo do capital, tese de grandes doutrinadores (D’Auria, 1953;

Sá, 1965; 2005), alguns com títulos de trabalhos literalmente iguais ao tema, para que se resolvesse por completo ou ao menos se tentasse obter algum resultado do estudo da prosperidade das empresas, em análise, apresentação, e posterior explicação.

O modo antigo de tentar verificar o problema foi o uso de pesquisas experimentais que visavam encontrar o quociente ideal, o que infelizmente resultou em um erro epistemológico, quando houve a confusão do ‘modelo’ com o ‘número ideal’; este, se for 2, 3, 7, não importa, na sua aplicação direta a inúmeros fatos, mas realmente importante seria a qualidade do funcionamento; e isso produziu na história de nossa ciência aqueles clássicos padrões, em especial o *two for one* da liquidez, quebrado com as teses financeiras dinâmicas da década de 1960¹.

¹ O *two for one* seria o padrão de ‘modelo ideal’, que explicava cada patrimônio tendo dois para um em capacidade de pagar. Por mais que ele fosse aceito em parte pela maioria dos americanos, em especial pelo pai da análise de balanços Alexander Wall (Masi, 1945), e por outros seguidores – Bliss, Foulke, Gregory, Dunning – era totalmente instável na sua generalização por inúmeros fatores. O padrão foi criticado pelas teses de Calmés, Ceccherelli, Gianessi e Mello (algumas das obras identificadas na bibliografia), que foram proposições válidas. Mas a tese que conseguiu contestar tal ideia foi a teoria da liquidez dinâmica e aceleração financeira, desenvolvida por brasileiros, a primeira por Lopes de Sá, que com a qual conseguiu uma cadeira na Real Academia de Ciências Econômicas e Financeiras da Espanha, e a segunda por seu contemporâneo Américo Matheus Florentino, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Fundação Getúlio Vargas.

Tanto era e é importante tal fato de estudos (verdadeiro valor do balanço que mensura a prosperidade) que Hilário Franco em sua obra maior de consultoria contábil dizia:

No dia em que pudermos, através da análise e interpretação dos balanços, determinar coeficientes-padrão absolutos, a Contabilidade terá alcançado o ponto máximo de sua utilidade social e econômica, firmando-se definitivamente como ciência de previsão, que pode orientar os administradores de empresas na aplicação de seus capitais, com segurança verdadeiramente científica. (FRANCO, 1973, p. 206.)

Este, sem dúvida alguma, é o problema máximo, não só dos modelos de comportamentos ideais, mas de saber qual seria o nível de fortuna do empreendimento, o verdadeiro grau do balanço e do seu estado substancial, aspiração indispensável da mesma proposta de 'quociente ideal'.

A prosperidade em realidade foi o grande segredo a ser desvendado (sob outros nomes, por isso, pseudotautologias), ou o verdadeiro valor do balanço, em essência, o verdadeiro nível do capital, a fim de definir as melhores propostas para o comportamento, ou ainda, o quociente ideal de análise do funcionamento da riqueza.

As pesquisas sobre balanços começaram na oficialidade da ciência contábil promulgada por Coffy (1836); ao ser analisado por Costay, este já definia que o verdadeiro objetivo científico da contabilidade seria determinar as causas das variações do capital (Silva, 2012), isto é, descobrir os principais segredos da fortuna patrimonial da prosperidade (embora não existissem esses conceitos ainda).

Assim, as principais doutrinas que embasam o presente trabalho, no seu aspecto básico, conseqüentemente, foram originadas por se firmarem no estudo do verdadeiro valor dos balanços em prol da prosperidade, enfatizados pelos doutrinadores: o pai da economia aziendale, Gino Zappa; o grande enciclopedista brasileiro Francisco D'Auria, que produziu tese de igual nome; e o criador da corrente do Neopatrimonialismo, Antônio Lopes de Sá; estes serão de fundamentação básica deste empreendimento.

Este artigo pretende, portanto, investir no tratamento deste tema, de modo a destacar os estudos sobre o verdadeiro valor dos balanços, e depois o sentido de procurar medir a prosperidade do capital; assim, serão trabalhados dois pontos básicos: as observações doutrinárias sobre o valor substancial dos balanços e a mensuração do potencial de prosperidade.

Conquanto, desde já se trabalhe com a hipótese de ser possível uma síntese, de fórmula geral, de demonstração do valor da fortuna e da prosperidade de um capital, considerando novos conceitos perenes como uma nova teoria da contabilidade.

Com método dedutivo matemático, por meio de lógica que procura generalizar, com base referencial de fundamentação argumentativa, também amparada pelo método histórico, conseguiu-se proceder à elaboração desta pesquisa.

Assim, se mantém este esforço, para saber que um dos

maiores problemas a serem solucionados sempre foi o de prosperidade das empresas e, conseqüentemente, conseguir a sua razão disposta a promover a resolução dos demais panoramas comportamentais, embora o intento seja apenas a extensão de uma colaboração para a imensa estrada de estudos que se ousa trilhar.

2 O CRITÉRIO DE VALOR DO BALANÇO EM PROL DA FENOMENOLOGIA NA ÓTICA ZAPIANA

Os teóricos da essência sobre a forma não se cansam de dizer que os fenômenos não se misturam com as informações que os demonstram² e que, sendo assim, existe um critério de análise dos mesmos que devem ser relatados contundentemente.

As obras técnicas de contabilidade, não somente as doutrinas expostas por Villa, Cerboni (1886), Rossi (1882) e Besta (1922), procuravam todas desenvolver, em uma contabilidade geral, aspectos gerenciais acima da forma, mesmo quando esta era mais pregada que a essência dos fenômenos patrimoniais em muitos casos (como foram os argutos em favor do controle, da informação e da formalidade jurídica, acima da realidade substancial do valor da empresa).

Não há dúvida de que a economia aziendale vem por todo fugir de tal tendência, com forte base cultural que exigiu a concepção entre a diferença dos fatos e visão restrita das contas e informações, tal como Zappa já testemunhava:

A dificuldade inextricável, as contradições, os desvios nos quais a doutrina das informações aziendali se envolveu com raras exceções, derivam sempre de não ter reconhecido solidariedade com os fenômenos, complementaridade de elementos, e unidades de problemas em manifestação somente no primeiro aspecto dividido e heterogêneo. Os caminhos seguidos pela maioria dos escritores estão demonstrados. Entre os procedimentos de relevação foram prescritos a campo de longas e minuciosas pesquisas, contas e métodos de registro. Mas, os tratamentos, talvez por uma mal entendida exceção da divisão da indagação científica, ignoraram, se pode dizer, os fenômenos informados, e consideraram quase unicamente o método de escrituração. (ZAPPA, 1950, p. 11).

Portanto, o mestre era claríssimo em reconhecer que o problema maior era tirar o potencial dos fenômenos, alvo de estudos, para o mecanismo de levantamento e informação dos mesmos.

Ou seja, confundir a essência dos fatos, da forma como eles se apresentam, erro que perdura em muitos doutrinadores até o momento.

Por isso, existe um verdadeiro valor das informações, que demonstram o potencial dos fenômenos; este é um dos alvos mais sublimes de estudos da contabilidade.

O balanço, balancete e escrituração, mesmo a posição orçamentária, são técnicas que arranjam unicamente o bem informar, e cuja exploração na teoria de Besta (1922) assumia apenas o controle, reduzindo e analisando o foco da contabilidade.

Desse modo "se adverte a prevalência importância da con-

² Um desses foi Emmanuel Kant (1724–1804), em sua "Crítica da Razão Pura", que afirmava não se poder confundir o raciocínio dos fenômenos com a imagem desses.

sideração do fenômeno informado sobre aquele da configuração a esse atribuída em um dado processo de relevação" (Zappa, 1950, p. 11).

Na verdade a tendência controlista de Besta se atava somente à mecânica de produção dos informes e, ao mesmo tempo, deixava uma lacuna de restrição da contabilidade unicamente nestes processos.

Sabendo que os fenômenos de informação contábil demonstram os acontecimentos em empresas, diferindo da opinião do seu mestre, mas respeitando-a em sumo grau, criou-se a economia aziendal.

Portanto, Zappa atribuía às informações o caráter de realidade, ou melhor, que se deveria averiguar a realidade dos fenômenos, pela análise, algo que somente informes não permitiam fazer:

A análise pode sim, por intenções de abstração científica ou de aproximação concreta, dissociar o fenômeno unitário nos seus elementos e nos seus momentos, mas não deve permanecer inconcebível à "realidade". E àquelas relações que unem o singular ao todo dos quais faz parte não somente qualquer coisa de accidental ou de extrínseco à "realidade". (ZAPPA, 1950. p. 12).

Foi neste contexto, e com a máxima consideração ao mestre, que Gino Zappa resolveu respeitar seu pensamento, na determinação da contabilidade, no entanto, que escondia os problemas em outros aspectos que poderiam ser aprofundados na análise dos fenômenos.

Sabia o pai da economia aziendal que "a realidade, não consiste em relações, porém se apresenta por meio de relações..." (Zappa, 1950, p. 17).

A estas mesmas relações intrínsecas de um capital o balanço apenas oferecia uma superficial visão da qual a gestão e as variações da mesma riqueza seriam fonte da estrutura das contas. "Quando, pois, na doutrina não se afirma que na gestão é tudo revelável por meio das contas, se delimita talvez o objeto das escriturações que em nosso entender contempla, declarando que é dado pelo patrimônio e suas variações". (Zappa, 1950, p. 21).

Portanto, o valor da riqueza nunca poderia ser expresso inteiramente pelo balanço, e a quantidade que se denota nas mesmas cifras são apenas formalidades de uma complexa efetividade do objeto fenomenológico da contabilidade:

A mais forte verdade é que as escrituras sistemáticas não estão aptas a exprimir a síntese de tudo, as relevações de contas, não podem abraçar toda a inteira e complexa vida econômica de uma empresa e não são suficientes para iluminá-la de modo adequado.

A vida aziendal é bem mais complexa de quanto não se une por nossas relevações sistemáticas. (ZAPPA, 1950. p. 22).

Não há equívocos em afirmar com base nestas alusões que havia um 'valor real', ou até assim dizer 'valor operacional real', que está muito acima da expressão de contas e metodologia de registros.

Em outros termos, não existe valor efetivo do capital, de

prosperidade, igual ao apresentado pelos balanços, que são formalidades que nunca poderiam reunir tais fatos, sendo necessários outros métodos, que, mesmo os utilizando, procurariam tirar as devidas conclusões sobre esta substância patrimonial.

Um sistema de variação de contas encontra-se portanto fundamentado em uma parcial visão da realidade. Daquelas "coisas" as sínteses sistemáticas não apresentam mais que a superfície: essas facilmente consentem que as ordenações e as particularidades não são "realizáveis"... Eis aqui a necessidade da qual logicamente não se pode prescindir, de completar e de modificar também as relevações de contas sistemáticas, na sua essencial limitação e imperfeição". (ZAPPA, 1950. p. 22)

Então, seria impossível dizer que o valor do capital é igual ao do balanço, e mesmo o mestre sendo um dos que mais trataram o assunto, colocando-o como pauta principal de sua doutrina, ele não apresentou as devidas razões para a prosperidade (até porque não havia tal conceito) e igualmente não sugeriu proposta para a análise dos fatos de fortuna, visto que sua obra era de argumentação teórica, apresentando os problemas, no entanto, não matematizando com suficiência as soluções devidas ou possíveis para os mesmos.

De qualquer modo o valor dado à discussão e apresentação do problema foi um dos mais importantes dentro da doutrina da contabilidade.

Zappa (1950, p. 70), desde o início de suas obras, determinava de modo proficiente que a análise da capitalização e do réditio seria o entrelaçar da determinação do valor real de patrimônio e, obviamente, o predileto campo da pesquisa contábil.

Ou seja, como determinar o réditio, sendo este fato o alfa e o ômega da análise contábil (Zappa, 1950, p. 94) e da essência da pesquisa empresarial.

Ao mesmo tempo, tinha como principal problema estudar o fenômeno de empresa como um complexo, em sua hereditariedade, com suas conexões, e uma essência de investigação (Zappa, 1950, p. 86), e não poderia se fazer crer que um balanço fosse a expressão mais aceita no seu valor superficial, para demonstrar o efetivo do patrimônio.

Era a substância do capital que interessava a Zappa, de modo que ele defendia que o balanço era uma produção muito artificial, com uma extensão ínfima de tudo aquilo que poderia ser observado em razão dos fenômenos.

O balanço, para o mestre, era o retrato fenomenológico, de modo que os valores das contas tentavam medir o verdadeiro valor de riqueza, no entanto, necessária era a análise e inspeção que complementa tal 'informação' para um 'conhecimento', de maneira proeminente, para desvendar os segredos do réditio de modo plausível e confiável.

Assim, o mestre atendeu a uma linha de observação e, tal como muitos seguidores seus, tinha em mente a tentativa de mensurar tais fatos, mas tratou o problema de forma argumentativa faltando a noção demonstrativa ou lógico-matemática, de modo a expor soluções para esta mensuração do verdadeiro valor do balanço, ou melhor, da riqueza expressa nesta peça de escrituração.

3 A TEORIA DO CAPITAL EFETIVO DE FRANCISCO D'AURIA

Mesmo com as considerações do mestre Zappa na primeira edição de sua obra, na década de 1920, reafirmadas na década de 1950, em especial no ano de 1950, e com a publicação no Brasil, três anos depois, de obra específica sobre o assunto, não havia na literatura uma obra com a denominação clara sobre os estudos da variação efetiva do capital. Havia trechos esparsos em inúmeros livros de análise de balanço de obras do mundo todo, mas um brasileiro foi o primogênito em tratar diretamente o assunto.

O professor Francisco D'Auria, sem dúvida alguma, foi um dos que mais escreveram no mundo da contabilidade, sua obra se estende a mais de 20 livros, no seu tempo, chegando até a passar alguns dos grandes autores italianos, inclusive o próprio Zappa, sendo o primeiro enciclopedista do Brasil escrevendo sobre tudo; nestes termos foi amplo o seu trabalho, ligado às várias especialidades do conhecimento contábil, no caso, ao comércio, indústrias, bancos, prestadores de serviços, entre outras.

Toda a visão sobre os fenômenos patrimoniais na época atinava na observação do rédito como o elemento mais importante para as pesquisas.

A diferença, em nosso entender, é que D'Auria foi além, porque usou a teoria do rédito como uma das suas básicas, colocando o valor do capital próprio, nas suas relações também financeiras, e de capitalização, como o centro das questões.

Em suma, enquanto Zappa tratava do verdadeiro valor do capital com o rédito, D'Auria queria saber o verdadeiro valor do capital, pelos recursos próprios, tendo o rédito com uma das bases, não a única e nem a exclusiva³.

No Brasil, houve igualmente a teoria do potencial vegetativo dos lucros como base fundamental na mesma época, desenvolvida pelos professores Rogério Pfaltzgraff (1956) e Erymá Carneiro (s/d), no entanto, faltava um pouco mais de aprofundamento em muitas questões, apesar de ser axiomática a vegetação do rédito, em um conjunto dinâmico de operações patrimoniais.

Com a visão mais universal da contabilidade (geral) Francisco D'Auria começou a investigar um estado do capital na sua substância.

Primeiramente, seu trabalho era para o concurso de livre docência do curso de Ciências Contábeis da USP (Universidade de São Paulo), todavia, a sua intenção era produzir máximas sobre o verdadeiro valor do capital, com novas descobertas.

Justificou a sua tese para o "desenvolvimento da cultura contábil; e com o sentido de cooperação nas atividades econômico-administrativas nacionais" (D'Auria, 1953, p. 10).

Explicava a relação do conceito de fortuna, como forma do estado de constante prosperidade (embora não existisse ainda tal conceito naquela época):

Todo organismo econômico-administrativo se propõe a alcançar um objetivo, seja o lucro resultante da exploração comercial, seja a produção de serviço público ou de natureza social. Para tanto, precisa dispor de uma

dotação de riqueza: capital, como fundo de negócio; patrimônio dos organismos públicos e dos de espécie social.

No ato da constituição do organismo econômico é prefixada a soma da riqueza possuída e posta à disposição do empreendimento, ou, em qualquer momento, determinada a disponibilidade patrimonial. Qualquer destas formas é determinante do estado de fortuna do organismo constituindo ou constituído.

A simples fixação do estado de fortuna já é, econômica e psicologicamente, motivo de variação do fundo patrimonial, porque todo empreendimento, aleatório por natureza, se expõe ao risco da boa ou má fortuna nos resultados. (D'AURIA, 1953. p. 9)

Portanto, o objetivo principal era estudar o estado de fortuna, produzido pela ação do organismo econômico-administrativo, investigar o fundo patrimonial, e neste sentido, o mestre produzia sua teorese.

Citava que o balanço nestes termos era abstrato e impossível de mensurar o fundo substancial da riqueza:

O balanço indica, no passivo, – abstratamente, a título de representação e pró contrapartida – o quantitativo da riqueza possuída, no momento da constituição da entidade econômica... Se encontra, invariavelmente, no passivo, o título "Capital", representando apreciável soma monetária. É o elemento vital, a fonte de energia econômica do organismo que começa a ter existência real. (D'AURIA, 1953. p. 10)

Reconhecia, tal como Zappa, que a análise contábil permitia saber o valor efetivo do capital, isto é, o seu valor 'real' que mensurava a fortuna, por isso argumentava que "somente a análise integral do balanço, sob os aspectos: patrimonial, econômico, financeiro, e administrativo, é que permite a determinação do valor efetivo do capital." (D'AURIA, 1953, p. 10).

Comentava, como já dito, que é o capital próprio o mediador do potencial financeiro e lucrativo de qualquer empreendimento:

Sustentamos a tese da variabilidade do valor efetivo do capital (fundo de negócio), com o fim de fixarmos **normas de avaliação do patrimônio líquido, que é a verdadeira expressão do capital**, no sentido econômico e que, por sua instabilidade, **nem sempre é ostensivo no balanço**, ao passo que **o capital constituído, é na realidade, puramente nominal, e com apoio, apenas na conceituação econômico-jurídica** (D'AURIA, 1953. p. 11) (Grifos nossos)

Reconhecendo, mais do que Zappa, a realidade do patrimônio não somente no rédito, mas na sua alocação nos recursos próprios, considerava que a soma do balanço era um termo ilusório no sentido de não poder assumir com relatividade possível a mensuração do estado de fortuna que somente a análise de balanços poderia produzir e demonstrar:

Com a determinação do valor efetivo do capital, **desfaz-se o ilusório conceito de soma apreciável que figura**

³ A obra de D'Auria "Variação do Valor efetivo do capital" de rara valia, em nosso entendimento, foi o primeiro indício de um neopatrimonialismo brasileiro, devido à sua similar posição em relação à estrutura doutrinária atual; podemos considerar sua teoria um pré-neopatrimonialismo, pelo seu conteúdo, sem algum equívoco.

no balanço, para considerá-lo, unicamente, quantia abstrata e ideal, depois da sua constituição e realização, na composição patrimonial, **cuja verdadeira expressão se encontra mediante a aplicação dos princípios técnicos da análise econômico-financeira**. (D'AURIA, Francisco 1953. p. 11) (Grifo nosso)

Desse modo, atribuía à consultoria o estágio adequado para demonstrar o valor efetivo real do capital, cuja informação em balanços era totalmente insuficiente de ser demonstrada.

Mas não deixou de tecer considerações sobre o valor nominal, dizendo que mesmo com base nos balanços os registros deveriam se embasar em contextos históricos e objetivos, e não meramente abstratos e arbitrários, a que hoje se sujeitam algumas empresas, para seguir normas inconsistentes em relação à ciência.

O mestre produzia alusões muito adequadas de que uma empresa sem capital próprio não possui capital, muito menos valor efetivo.

Em lógica matemática testemunha o que seria o capital efetivo da seguinte maneira:

$$C_e = C_c + F_p - F_n$$

Ou seja, o capital efetivo (C_e) é igual ao capital constituído (C_c), mais os fatores positivos (F_p) menos os negativos (F_n).

Veja-se que o nobre professor não considera os fatores positivos apenas como rédito, mas até como elementos azendais (como fusão, incorporação e ampliação), e imateriais (mais-valias, marcas, fundo de comércio), e os fatores negativos não somente como prejuízos, mas outros fatores como ambientais (desastres naturais, política econômica, quebra jurídica de empresa, entre outros).

Por isso, a teoria do rédito, uma das principais a serem analisadas na teoria contábil superior, para o mestre D'Auria, foi considerada apenas uma das que influenciavam as operações do mesmo resultado.

Para o professor paulista, o capital próprio seria a 'pedra angular', enquanto, para Zappa, o réditto seria o alfa e o ômega dos estudos.

Estabelecia números ideais considerando a álgebra dos mesmos bens patrimoniais, da seguinte maneira:

$$X + Y = Z + V$$

Sendo:

X = ativos em bens

Y = Créditos a receber

Z = Dívidas

V = Capital próprio ou estado patrimonial

Então, tem-se:

$$X + Y - V = Z$$

$$X + Y - Z = V$$

Em termos traduzidos:

Dívidas = Ativo em bens + Créditos a receber – Patrimônio líquido

Patrimônio líquido = Ativo em bens + Créditos a receber – Dívidas

Esta seria a mecânica matemática que permite igualar os valores, no entanto, o mestre apontou todo um panorama para as proporções ou valores ideais de efetivo capital nominal com outros pontos.

Assim, estipulam-se valores ideais da seguinte forma: supondo que o ativo seja de 1.000,00 e os créditos de \$ 200,00 a empresa tem uma dívida de \$ 1.400,00; quanto deveria ser o capital próprio que já é negativo? Simples:

$$X(1.000) + Y(200,00) = z(1.400) + v(x) \\ V = 200,00 \text{ positivo}$$

Caso o valor ideal do capital próprio fosse de \$ 600,00 quanto deveriam ser as dívidas?

$$1.200 = 1.400 + 600$$

$$1.200 = 2000 \rightarrow \neq 800$$

Por tal:

$$1.200 = 1.400(800) + 600$$

$$1.200 = 600 + 600$$

Do mesmo modo, poderia ser achado o valor ideal de um ativo de bens, caso a empresa descobrisse que o valor ideal mesmo seria duas vezes maior. Observa-se:

$$X(1.000) \cdot 2 + Y(200,00) = z(1.200) + v(200)$$

$$X(2.000) + Y(200,00) = z(1.200) + v(200)$$

$$2.200 = 1.400 \rightarrow \neq 800,00$$

Se for proporcional às quantidades:

$$Z = 1.200 \rightarrow 86 \% \cdot 2.200 = 1.892,00$$

$$V = 200 \rightarrow 14 \% \cdot 2.200 = 308,00$$

$$1.400 \rightarrow 100 \% \cdot 2.400$$

Se a empresa destacar que na realidade o capital próprio irá aumentar para 30%, ficaria diferenciada a jogada da proporção:

$$Z = 1.200 \rightarrow 70 \% \cdot 2.200 = 1.540,00$$

$$V = 200 \rightarrow 30 \% \cdot 2.200 = 660,00$$

$$1.400 \rightarrow 100 \% \cdot 2.400$$

Na oportunidade, sabendo que cerca de \$ 600,00 ficarão no capital próprio, tem-se:

$$Z = 1.200 \rightarrow 200 + 1.400 = 1.600$$

$$V = 200 \rightarrow 600 + 200 = 800$$

$$2.400$$

Mesmo o mestre não aduzindo tais classificações, estas seriam proposições fundamentais consequentes do seu raciocínio geral.

Portanto, com tais abstrações consegue-se mensurar o valor ideal – e há outros registros de posições semelhantes na obra de Nascimento (1969, 1975).

Ao passo que considerava uma série de elementos que aumentavam o valor efetivo do capital a caráter interno (D'Auria, 1953, p. 32), tais como: Resultados de gestão; Herança; Legado; Doação; Achado (produtos espontâneos da natureza e in-

venções); Fama comercial; Ganhos fortuitos; Valorização; Crédito imprevisto; Débito inexistente.

Destarte dizia sobre os fatores que poderiam gerar variações negativas de modo interno, basicamente: Resultados de gestão; Herança; Legado; Doação; Consumo; Desgaste; Perda; Destruição; Danificação; Depreciação; Desvalorização; Crédito Inexistente; Débito Imprevisto.

Destacava os fatores externos que influenciavam ou alteravam o capital efetivo, classificando-o em dois, os naturais e os sociais, são eles (D'Auria, 1953, p. 33–35):

Naturais

Fontes naturais; Alterações das fontes; Uso do solo e subsolo; Influências dos elementos da natureza.

Sociais

Fenômenos demográficos; Fenômenos psicológicos; Fenômenos políticos; Fenômenos econômicos; Fenômenos financeiros.

Por isso, pode-se dizer que havia indícios fortes da doutrina neopatrimonialista no pensamento de D'Auria, por se reconhecer que o próprio mestre atribuiu um sentido todo especial para os fatos em esquemas internos e externos, tal como as relações lógicas do fenômeno atribuem uma dimensão ambiental para a produção dos fatos (causas agentes).

Igualmente, atribuiu a uma série de elementos o caráter de realização do capital efetivo.

Também não deixou de expor posições fortes, com base no rédito e sua contribuição para o valor efetivo do capital, colocando fatores internos e também externos como naturais, sociais, econômicos, psicológicos e administrativos.

Por isso, fundamentou toda a possibilidade de uma teoria da contabilidade ambiental, sem sair do estudo do fenômeno de valor efetivo do capital e sua fortuna.

Reconhecia que o rédito era um extremo importante para o capital efetivo, todavia, nunca seria o exclusivo embasamento para tal, visto existirem questões externas e sociais a serem concebidas igualmente.

Em suma, tinha, com um aparato fenomenal, a discussão das análises que pudessem regular o balanço em seu poder funcional, controladoria e averiguação do capital, e que o fizessem atribuir um valor substancial da riqueza.

Tudo isso tendo uma tenacidade de verificação do verdadeiro valor do balanço, do potencial de capital próprio da empresa, o problema que agora continha muito mais pesquisa e aprofundamentos.

Sem algum equívoco, D'Auria foi além de Zappa, apresentando lógica matemática, mais provas e mais argumentações em favor do amplo estudo da fortuna, e prosperidade do capital, do desenvolvimento correto da expressão adequada dos valores do balanço, sem desconhecer a mensuração das cifras, abrangendo os fatores ambientais, indo além do seu tempo, cerca de decênios, sendo válidas as suas discussões e abordagens até o momento presente e, obviamente, para a pesquisa aqui produzida.

Desse modo, o endereço mais fixo e delineado dos estudos do real valor do capital e sua fortuna, ou prosperidade, com toda a lógica, está no conteúdo de tese de D'Auria, que servirá

de aparato essencial para o devir do objetivo deste trabalho.

4 A TEORIA DO EQUILÍBRIO DE ANTÔNIO LOPES DE SÁ E SUA TEORIA DA LIQUIDEZ DINÂMICA

Com o ímpeto de descobrir os segredos das proporções e, obviamente, o valor do estado do equilíbrio patrimonial, Antônio Lopes de Sá desenvolveu as suas pesquisas de modo relevante, em um contexto de tempo que cabe destacar.

Sem dúvida, seu trabalho e obra fundamentais procuravam resolver problemas patrimoniais, mas interagem totalmente com a mensuração do real valor e potência do balanço.

Ressalta-se a pesquisa publicada em 1959 sob o título "O equilíbrio do capital das empresas", que logo após serviu de base para a sua tese de doutorado a "Teoria das Proporções dos Componentes na Promoção do Equilíbrio do Capital de Funcionamento e as Tendências Contemporâneas da Pesquisa Científica na Contabilidade", editada em 1965 e defendida no ano anterior.

É necessário entender o contexto histórico no qual estava inserido Lopes de Sá, para ver importância da sua teoria do equilíbrio na mensuração do real estado do patrimônio.

Nos auspiciosos tempos da doutrina patrimonial de Masi (1945), o mestre havia desenvolvido três campos de estudo, sendo um especial para a área do equilíbrio, que se denomina de estática patrimonial.

Com incentivos semelhantes, em 1926, o professor português Jaime Lopes Amorim fora tão radical no estudo do equilíbrio, que, por um motivo especial, dizia ser ele o verdadeiro objeto da contabilidade.

O equilíbrio, mesmo sendo um estado, era um fato a ser mensurado, para destacar assim os verdadeiros pontos de um balanço.

Neste sentido Sá passou a pesquisar as causas para certas estruturas patrimoniais, por perceber que existia grande diferença entre uma indústria e um comércio, e daquela para um banco, e deste para uma prestadora de serviço, perfazendo algumas considerações em seu levantamento:

Tabela 1: Financiamentos do capital.

Empresa	Capital Próprio	Capital de Terceiros
Banco Moreira Salles S/A	325,4	6.691,1
Indústrias Matarazzo S/A	3.200,0	6.282,6
Casa Anglo Brasileira S/A	172,3	156,7

Fonte: Elaboração própria. Obs: Valores em milhões.

Para descobrir por que os valores eram tão diferentes e, ainda, tão discrepantes em proporção, fez a sua tese na tentativa de explicar o verdadeiro valor do equilíbrio.

Ele, pois, chegou à conclusão de que o valor era relativo à capacidade de circulação e formação do resultado:

As pesquisas que empreendemos levaram-nos à conclusão de que a velocidade ou prazo de tempo em que circulam os valores e o sistema de rédito, são, realmente, os fatores

preponderantes dentro do nosso conhecimento, e que uma pesquisa séria em torno da matéria conduzir-nos-ia a conclusões valorosas, capazes de dar consistência a uma teoria do equilíbrio do capital (SÁ, 1965. p. 42).

Com diversas coleções de informações em mais de 800 empresas na década de 1950, já traduzia alguma demonstração do comportamento das empresas e, ao mesmo tempo, conseguia ir a fundo nos estudos.

Inicialmente, percebia tal como Proust (1754-1826) e Dalton (1766-1844) na química que não poderia haver relações constantes, todavia, hereditárias sobre o que se poderia entender de equilíbrio.

I – O equilíbrio processa-se através de uma composição harmônica e interdependente dos elementos que estruturam o patrimônio, possibilitando a livre circulação da riqueza e a obtenção do rédito suficiente.

II – Não existe equilíbrio absoluto posto que a situação harmônica é atingida no tempo através de uma sucessão de estados, podendo, em certo momento, o desequilíbrio de uma fase ser apenas aparente. (SÁ, 1965. p. 69)

Então, o equilíbrio era um elemento relativo ao giro e ao rédito, todavia, estes fenômenos são bases ou embriões de outros fatos maiores, como o de capitalização e giro geral, que mais tarde seriam desenvolvidos pelo próprio Sá, em outros trabalhos seus (SÁ, 1971; 2005).

Não aprofundou muito o termo de capital efetivo como D'Auria, e nem o de realidade substancial como Zappa, mas, necessariamente, a causa científica para o equilíbrio e suas conexões fenomenológicas.

Percebeu que nas empresas com pouca liquidez existia muito giro, e o mesmo mantinha solidamente o equilíbrio.

De certa maneira, quando o giro era pequeno, a empresa transmitia rentabilidade razoável e crescente, favorecendo a sua continuidade.

Destacou que havia uma prosperidade média, grande e inexistente, como se fosse a mesma crescente, decrescente, tênue, inexistente (Sá, 1959, p. 10).

Na sua experiência, a exemplo das de Cecherelli e aquelas dos americanos Bliss e Foulke, analisando 7.110 balanços, conseguiu detectar causas para o equilíbrio de maneira que as mesmas fossem destacáveis em uma lei:

Os valores que se combinam para a formação do capital de funcionamento guardam entre si relações constantes. Existem pontos de Equilíbrio dos diversos componentes patrimoniais que, em sistema, produzem harmônica estrutura do capital.

São causas Fundamentais da promoção do equilíbrio: o giro dos valores e o processo de formação do rédito. (SÁ, 1965. p. 118–119.)

Descobrimo as causas reconhecia que seria impossível estipular uma fórmula geral para avaliar o verdadeiro valor do equilíbrio, embora reconhecesse a relatividade da existência do mesmo:

“O conhecimento destas medidas foi objeto de nossa constante preocupação durante o tempo em que estudamos o

problema da COMPOSIÇÃO DO CAPITAL.”

“A princípio julgávamos que existisse UMA FÓRMULA GERAL.”

“Muito cedo nos convencemos de que PARA CADA TIPO DE ATIVIDADE existe uma FÓRMULA e dentro de cada tipo existem VARIAÇÕES DESTA MESMA FÓRMULA.” (SÁ, 1959. p. 21–22).

O mestre mineiro destacava que não existia uma fórmula para todos os empreendimentos, todavia, a base dauriana reconhecia o potencial de capital efetivo como sendo o ponto vital de uma empresa; desse modo, este conceito poderia ser reformulado, como possível sim (tal como será mais aprofundada a possibilidade de em uma fórmula geral destacar a prosperidade).

Pode não haver uma medida quantitativa para tudo, porém um conceito qualitativo para o todo, este tem que existir, mas que se relativiza nas quantidades específicas as quais são analisadas e observadas.

Se toda empresa tem capital efetivo, e este pode ser mensurado como proposta de prosperidade, pode-se dizer que deve haver um modelo qualitativo geral, que se submete às particularidades de cada caso.

Contudo, como consequência da descoberta das causas para o equilíbrio na circulação de valores que mantinham uma condição adequada, passa-se para a resolução de outro problema, que era o da capacidade financeira real.

Sá (1959, 1965, 1973) percebeu que os valores se sujeitavam ao tempo demonstrando a verdadeira eficiência dos mesmos:

$$\frac{\text{QUANTIDADE REAL}}{\text{VALOR}} \\ \text{TEMPO}$$

Os padrões de liquidez eram firmados na quantidade, e Sá percebia que era o movimento circulatório, e obviamente a velocidade, que mirava a estabilidade empresarial.

Dividindo os meios e necessidades de pagamento pelos respectivos tempos, achava-se a fórmula de liquidez real:

$$\frac{\text{Liquidez Dinâmica real}}{\text{Meios de pagamento}} \\ \frac{\text{Tempo dos giros}}{\text{Necessidades de pagamento}} \\ \text{Tempo dos giros}$$

Desta forma, percebia que, com o mesmo comportamento, a liquidez seria considerada eficaz, pois é o giro que alimenta o dinheiro e a capacidade de pagar; o que ele fez, obstante, foi adaptar a fórmula de liquidez aos tempos de giro, na lógica de investimentos/dia e financiamentos/dia.

Então, conseguiria com tal estudo ser membro de ciência espanhola, e ainda influenciaria outros doutrinadores como o professor Américo Matheus Florentino (1963, 1973, 1990) da Fundação Getúlio Vargas, que produzia uma outra fórmula denominando-a de ‘aceleração financeira’.

Todos estes estudos foram primordiais para perceber qual seria o verdadeiro valor da empresa nos tons de prosperidade,

como o próprio mestre mineiro desenvolvera no Neopatrimonialismo.

Formulou ele o conceito de prosperidade como eficácia constante, e eficácia como satisfação de necessidade específica nas funções sistemáticas, isto é, na liquidez, estabilidade, resultabilidade, economicidade, invulnerabilidade, produtividade, socialidade e elasticidade.

Ficou o mestre convicto de que poderia conseguir uma lógica de prosperidade geral das empresas, pela elasticidade sadia do capital próprio, reconhecida no fenômeno de capitalização.

Destacou em lógica matemática a razão para a prosperidade em um de seus trabalhos:

$$\begin{aligned} E_a &\equiv (n = 0) \\ \sum [(P_n = 0) \rightarrow (E_a \rightarrow \infty) > (E_a^{-1} \rightarrow \infty)] &= P_s \\ \sum [(P_n = 0) \rightarrow (E_a \rightarrow \infty) > (E_a^{-1} \rightarrow \infty)] &= CCr \\ CCr &\equiv P_s \end{aligned}$$

Ele próprio explicava:

... O ideal (logo, filosofia de um modelo) é que se produza a Eficácia (Ea), essa que ocorre quando as necessidades patrimoniais (Pn) são satisfeitas (=0), sempre em valor maior do que poderia ocorrer de ineficácia (não satisfação), que a continuidade de tal acontecimento seja ilimitada(∞), resultando, pelo somatório algébrico disso, em Prosperidade (Ps); ou, ainda, em dialética matemática (...)

A plena capacidade de satisfação de todas as necessidades patrimoniais da empresa ou da instituição, em caráter permanente, gera a Prosperidade em razão de uma Constante de Crescimento (CCr) sem limites. (SÁ, 2006. p. 21)

Neste ponto, com bases em sua teoria referida (a do equilíbrio), já atribuía à capitalização os fins de prosperidade, ou seja, mencionava pelo raciocínio lógico como conceber na mesma o segredo das empresas.

O mestre explicitava em suas teses os modelos de comportamento, identidades matemáticas para diagnosticar os comportamentos patrimoniais.

Desse modo, já havia revertido o seu pensamento antes exposto, de que seria impossível prever um modelo geral, ou uma fórmula geral que pudesse sintetizar os fatos patrimoniais para mensurar a prosperidade, já que testemunhava o crescimento do capital como medida fundamental, a elasticidade como ponto básico de mensuração da fortuna, e a capitalização como principal fato.

Então, sem dúvida alguma, batia a favor da mentalidade de D'Auria, sobre o capital efetivo e a possibilidade de sua explicação, e de Zappa, sobre a realidade do capital, deste modo centralizando a prosperidade, na elasticidade, e esta na capitalização geral do empreendimento.

Logo depois de seu trabalho firmam-se todos os meios para tentar luzir melhor o problema, no entanto, dentro da corrente, percebe-se que deveria existir uma evolução para comprovar uma solução a tal indagação.

5 A ENERGIA PATRIMONIAL NA PROSPERIDADE NA PRODUÇÃO DE UMA FILOSOFIA NEOPATRIMONIALISTA

No princípio do ano de 2007, o professor Mario Vogel, presidente do Club Tablero de Comando, de Buenos Aires, Argentina, destacava que havia uma fórmula para a empresa, o que foi uma proposta de verificação da prosperidade.

A fórmula era esta:

$$\frac{VENDAS}{ATIVO} :: \frac{LUCRO}{VENDAS}$$

Claro que o mestre não colocava desta maneira; necessariamente, no entanto, atribuía ao contexto de prosperidade tal fórmula.

Ao mesmo tempo em que Lopes de Sá produzia suas lógicas sobre o modelo de prosperidade, Silva (2008) colocava um sentido todo especial à capitalização da empresa.

Como o mestre D'Auria, Zappa e Sá tinham que o potencial do capital estaria nos recursos próprios, o embasamento estava mais que formulado.

O crescimento, na ótica lopesista, deveria ser o principal fato de demonstração da prosperidade, visto que a elevação constante do capital próprio, atrelada ao potencial de circulação, seria a reunião do fator de fortuna da empresa.

Sabe-se, pois, que uma empresa dependeria da capitalização e da velocidade da mesma para conseguir a prosperidade. Desse modo:

$$(AC \rightarrow AP) Inv \Rightarrow Gc \left(\frac{V \nabla C}{EI} \right) \therefore G \Leftrightarrow \frac{M}{R}$$

O ativo circulante (AC) interage ou condiciona o ativo permanente (AP), gerando os investimentos (inv), com relações próprias, então, isso gera um giro circulatório específico (Gc), que integra a velocidade (V) ou circulação (C), disposta em razão ao elemento (EI), logo, isso vai ser conivente ao giro geral (G), que é duplamente condicional ao movimento (M), relativo à rentabilidade (R).

Portanto:

$$(CP \rightarrow CT)_{fin} \wedge C_p \Leftrightarrow \left(\frac{(R \wedge L) \geq (T_j \wedge D)}{Inv - CT} \right)^{ef}$$

Ou seja, os capitais próprios (CP) se condicionam ao de terceiros (CT), o que condiz com o financiamento (fin) e a capitalização (Cp), isso é equivalente à rentabilidade (R) e lucro (L) maiores ou iguais à taxa de juros (Tj) e Despesas (D), que se relacionam aos investimentos (Inv), menos as dívidas de terceiros (CT), num sintoma de eficácia (ef).

Então, tem-se que:

$$\begin{aligned} C_p &= (Re \Leftrightarrow G) \Rightarrow VC_p \equiv \left(\frac{V}{CP} \right) \\ \left(\frac{V}{CP} \right) &\geq (T_j \wedge D) \rightarrow C_p \Delta \end{aligned}$$

A capitalização (Cp) se iguala ao rendimento (Re), condicional ao giro geral (G), isso gera a Velocidade de capitalização

(VCp), que é equivalente ao giro do capital próprio, obtido pela relação da velocidade (V), pelos próprios capitais (CP).

Desse modo a mesma velocidade dos recursos próprios deverá ser maior ou igual à taxa de juros (Tj) e às despesas (D), para que haja crescimento da capitalização (CpΔ).

Todavia, a capitalização deverá crescer com a rentabilidade:

$$Cp\Delta = (L \wedge R\Delta) \Rightarrow CPcp \equiv \left(\frac{Res + L}{CP} \right)$$

$$\left(\frac{Res + L}{CP} \right) \geq (Tj \wedge D) \rightarrow Cp\Delta$$

Portanto, o crescimento da capitalização (CpΔ) é igual ao lucro (L) e crescimento da rentabilidade (RΔ), isso condicionará o Capital próprio capitalizado (CPcp), que é equivalente às reservas (Res), mais lucros (L), divididos pelo capital próprio (CP).

Desse modo, a capitalização deverá ser maior que a taxa de juros (Tj) e Despesas (D), para condizer na sua evolução (CpΔ).

Com tudo isso, tem-se:

$$CPV :: CPcp \rightarrow \{V(Ginv) \equiv Cp(Rfin)\}^{ef}$$

O capital próprio em velocidade (CPV) se relaciona com o capital próprio capitalizado (CPcp), isso condiciona a velocidade (V) do giro dos investimentos (Ginv), que é equivalente à capitalização (Cp) da rentabilidade dos financiamentos (Rfin), em eficácia (ef).

Desse modo, têm-se as seguintes identidades:

$$\left(\frac{V}{CP} :: \frac{L \wedge R}{Cp} \right)$$

$$\left(\frac{CPCp}{V(R\Delta)} \right) \rightarrow CP$$

A velocidade do capital próprio condiz com a identidade da capitalização; com isso, o capital próprio se capitaliza (CPCp), em razão da sua velocidade (V) e rentabilidade (RΔ), condizente com um capital próprio. Então:

$$\left(\frac{CP}{CP} \right) \begin{matrix} \rightleftharpoons \\ \rightleftharpoons \end{matrix} \left(\frac{Cp(Rfin)}{V(Ginv)} \right)$$

Sendo que:

$$Rfin \Rightarrow Cp$$

$$Ginv \Rightarrow V$$

A rentabilidade dos financiamentos (Rfin) condiz com a capitalização (Cp) e, igualmente, o giro dos investimentos (Ginv) condiz com a velocidade (V).

O patrimônio próprio (CP) possui duplas variações com a capitalização (Cp) da rentabilidade dos financiamentos (Rfin) e, obviamente, com a velocidade (V) do giro dos investimentos (Ginv). Assim, na multiplicação da identidade:

$$\left(\frac{CP(V)}{CP} :: \frac{Cpfin}{Ginv} \right)$$

O capital próprio seria multiplicado pela velocidade, em primeiro passo; agora nota-se a capitalização mantendo o capital próprio como base para o capital efetivo de fortuna:

$$\left(\frac{CPV}{CP} :: \frac{CPcpfin}{Ginv} \right)$$

Anula-se para:

$$\left(\frac{CPV}{CP} :: \frac{CPcp}{G} \right)$$

Portanto, a velocidade elevada ao quadrado a deixa constante; no entanto, tem-se que isolar os elementos de capitalização do capital próprio, pois, por mais que tenham relações, são elementos diferentes na lógica matemática:

$$CPV^2 :: (CPcp) CP$$

$$CP = (CP \times cp) \cdot CPV^2$$

Seria o mesmo que:

$$CP (Pr) = CPcp \times V^2$$

O capital próprio (CP) em prosperidade (Pr) é igual ao mesmo valor capitalizado (CPcp), vezes a sua velocidade ao quadrado (V²), esta seria a razão da fortuna do capital efetivo de uma empresa ou entidade.

Em outros termos:

$$\left(\frac{V}{CP} \right) \rightarrow V^2$$

$$\left(\frac{Cp}{CP} \right) \rightarrow CPcp$$

$$(CPcp \Leftrightarrow V) \equiv (Ccr) \Rightarrow pr^{ef}(prn)$$

Portanto, a velocidade constante e capitalização são sempre inerentes ao capital próprio, o que, obviamente, gera crescimento (Ccr), este é produtor da prosperidade (pr), pelo grau de eficácia (ef), portanto prosperidade nominal (prn).

Dessa maneira, entende-se que a prosperidade se encontra na relação do giro do capital próprio, e igualmente da capitalização, no entanto, que deve suceder a um tempo para se transformar em substancialidade:

$$(CPcp \rightarrow CPcpsb) \Rightarrow \left(\frac{Cp2}{Cp1} \right)$$

Por tal, pela comparação das capitalizações (Cp2 e Cp1), pode-se ter o valor geral da mesma, em tom substancial (CPcpsb), o que aduz a uma potência da capitalização, o mesmo se observa na velocidade:

$$(CPV \rightarrow CPVsb) \Rightarrow \left(\frac{V^2}{V^1} \right) \underline{v} V^2$$

A comparação da velocidade (V2 e V1) permite averiguar a sua substância (CPVsb), no entanto, pode ser substituída pelo conceito de constante capacidade.

Deduzindo:

$$CP(\text{Prf}) = CP_{\text{psb}} \times V_{\text{sb}}^2$$

Esta seria a fórmula de fortuna (f), ou prosperidade substancial (Prf), que poderia ser utilizada, igualmente, para verificar o estágio do capital efetivo, na sua continuidade no tempo específico.

Assim, Silva (2008), em sua tese, traduziu a fórmula da prosperidade pela mesma lógica.

Um patrimônio que possa evoluir em sua capitalização e, ao mesmo tempo, possuir certezas de giro ou o valor de vendas constante tende a assumir a prosperidade em raciocínio lógico.

Dessa maneira, a proposta de Silva (2008) é mensurar a fortuna com a tentativa de colocar a fórmula da energia patrimonial e sua mensuração em um cálculo.

Na forma de grandezas matemáticas, consideram-se exemplos apenas para admitir sua aplicação, tal como segue na tabela:

Tabela 2: Quocientes básicos extraídos para o cálculo de prosperidade e fortuna.

Elementos	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4
Capitalização	0,12	0,16	0,22	0,26
Giro do capital próprio	2	3,5	4	5,2
Valor do capital próprio	20.000,00	22.000,00	28.000,00	35.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Para mensurar prosperidade nominal:

Período 1

$$CP(\text{pr}) = 20.000 (0,12) \times 2^2 \rightarrow 2.400,00 \times 4 = 9.600,00 \text{ é a prosperidade}$$

Período 2

$$CP(\text{pr}) = 22.000 (0,16) \times 3,5^2 \rightarrow 3.520,00 \times 12,25 = 43.120,00$$

Período 3

$$CP(\text{pr}) = 28.000 (0,22) \times 4^2 \rightarrow 6.160,00 \times 16 = 98.560,00$$

Período 4

$$CP(\text{pr}) = 35.000 (0,26) \times 5,2^2 \rightarrow 9.100,00 \times 27,04 = 246.064,00$$

Se o valor da prosperidade nominal for maior que a grandeza de capital próprio, melhor para a empresa, e se o crescimento da prosperidade existir, melhor ainda para o empreendimento.

No entanto, tem-se a fortuna, que permite saber se a prosperidade é constante, com base na potência da capitalização e da velocidade, dessa maneira:

Período 1 e 2

$$CP(\text{prf}) = 20.000,00 (0,16 / 0,12) \times (3,5 / 2)^2 \rightarrow$$

$$20.000,00 \cdot 1,33 \times (1,75)^2$$

$$26.600,00 \times 3,06 = 81.396,00$$

Período 2 e 3

$$CP(\text{prf}) = 22.000,00 (0,22 / 0,16) \times (4 / 3,5)^2 \rightarrow$$

$$22.000,00 \cdot 1,38 \times (1,14)^2$$

$$30.360,00 \times 1,30 = 39.468,00$$

Período 3 e 4

$$CP(\text{prf}) = 28.000,00 (0,26 / 0,22) \times (5,2 / 4)^2 \rightarrow$$

$$28.000,00 \cdot 1,18 \times (1,30)^2$$

$$33.040,00 \times 1,69 = 55.837,60$$

Observa-se que a fortuna é constante, ou seja, a prosperidade substancial é real e crescente, o que indica um bom sinal.

Pode-se fazer com cálculos de tendência o planejamento para o quarto período, bastando usar os quocientes:

Quociente de tendência

$$1 + \left(\frac{\text{Última variável} - \text{Primeira}}{\text{Última variável}} \right) \times \text{Última variável}$$

Para a capitalização:

$$1 + \left(\frac{0,26 - 0,12}{0,26} \right) \rightarrow (1 + 0,54) \times 0,26 = \$ 0,40$$

Para o giro:

$$1 + \left(\frac{5,2 - 2}{5,2} \right) \rightarrow (1 + 0,62) \times 5,2 = 8,40$$

Aplicando no último valor, tem-se:

Período 4 e tendência

$$CP(\text{prf}) = 35.000,00 (0,40 / 0,26) \times (8,40 / 5,2)^2 \rightarrow$$

$$35.000,00 \cdot 1,54 \times (1,62)^2$$

$$53.900,00 \times 2,62 = 141.218,00$$

Conforme a tendência o potencial de fortuna, ou prosperidade substancial, iria crescer para \$ 141.218,00.

Assim, pode-se mensurar qual seria a razão dos dois valores, e se há prosperidade crescente, isto é, fortuna:

Tabela 3: Resultados de prosperidade nominal e substancial.

Períodos	Prosperidade nominal	Prosperidade substancial – fortuna	Capital próprio
1	\$ 9.600,00	\$ 81.396,00	\$ 20.000,00
2	\$ 43.120,00	\$ 39.468,00	\$ 22.000,00
3	\$ 98.560,00	\$ 55.837,60	\$ 28.000,00
4	\$ 246.064,00	\$ 141.218,00	\$ 35.000,00

Fonte: Elaboração própria.

Apropriando a relação da prosperidade, juntamente com o valor nominal do capital, tem-se que o quociente quanto maior for, melhor:

$$\frac{\text{Quociente percentual de prosperidade nominal}}{\frac{\text{Prosperidade nominal}}{\text{Capital próprio}}}$$

$$\frac{\text{Quociente percentual de fortuna (prosperidade substancial)}}{\frac{\text{Fortuna}}{\text{Capital próprio}}}$$

Com os resultados prontos pode-se apresentar:

Tabela 4: Relações ou razões de prosperidade nominal e substancial.

Períodos	Quociente de prosperidade	Quociente de fortuna
1	48 %	407 %
2	196 %	179 %
3	352 %	199 %
4	703 %	403 %

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados nota-se que a prosperidade nominal foi crescente, o que indica uma fortuna acima de 100%, todavia, de 407% a aludida caiu, depois recuperou quase o mesmo tanto, chegando a 403%.

Dessa maneira, pode-se dizer que a empresa teve uma fortuna instável, quase decrescente, todavia, entende-se que a mesma é existente.

As causas para tal situação são claramente simples, tal como se pode apresentar:

- A capitalização cai mais que o giro
- A capitalização cai e o giro também
- A capitalização cresce, mas o giro cai
- A capitalização cresce menos que o giro
- A capitalização cai menos que o giro.

Estas seriam as causas, na capitalização e no giro, que podem levar a problemas de reservas, lucros, despesas, financiamentos, investimentos, custos, margens, preços, circulação, permuta, operacionalidade, produtividade, perdas, entre outros, que são causas intrínsecas para tal comportamento.

Quanto mais cresce a massa substancial em comparação melhor para a empresa, o que revela que o seu quociente de energia tende a evoluir considerando o seu valor nominal e a sua prosperidade.

Assim, dentro das argumentações desses mestres em contabilidade, se reconhece o valor da fórmula de energia patrimonial, que é a fortuna ou prosperidade constante de uma empresa, atestando tal como Einstein (1879-1955) fizera com a energia normal da matéria, e os doutrinadores reconhecem para a mesma ciência uma proposta para preencher a lacuna sobre os segredos das prosperidades das organizações e sua quantificação.

6 CONCLUSÃO

Conclui-se, inicialmente, conforme o empreendimento científico realizado, que existe um valor substancial do balanço, condizente com o poder de energia, e o valor real do capital, que não bate necessariamente com o valor nominal do balanço e a cifra de capital próprio.

As teorias históricas principais (em especial, entre as que fundamentaram este trabalho, a de Zappa, D`Auria e Sá) sempre afirmaram que o valor do balanço é artificial na mensuração concreta da fenomenologia, que existe uma realidade, um valor efetivo e substancial expresso ocultamente nestas demonstrações, e que os fatos de lucro e giro comprovados nas teorias do rédito e liquidez dinâmica, nos seus respectivos sistemas de teorese e teoremas, poderiam fornecer indícios que resumissem em uma fórmula a prosperidade patrimonial, pois estas corrigiam a superficialidade para a substância real de fatologia.

Assim, cabe reconhecer que o valor efetivo substancial do balanço existe e pode ser sintetizado em uma fórmula, tal como em nossa proposta, para averiguar a energia patrimonial e a realidade das operações dos sistemas, sendo que a massa de capital próprio capitalizada vezes a velocidade ao quadrado no contexto nominal nos leva a um nível avaliativo da prosperidade, e colocada ao múnus substancial ao nível de fortuna, gerando aumento constante, sendo esta proposta geral, que vem holisticamente resumir o potencial de um patrimônio das empresas em entidades, dentro do âmbito essencial da análise e avaliação, ficando a critério de apreciação da plêiade de contadores e consultores da eficácia geral dos empreendimentos.



Rodrigo Antonio Chaves da Silva

Professor das Faculdades Integradas de Caratinga. Ganhador dos prêmios internacionais Martim Noel Monteiro (2007/2008), Luiz Chaves de Almeida (2008/2009), Rogério Fernandes Ferreira (2011). Membro da escola do Neopatrimonialismo.

Referências

- ARISTÓTELES. **Da geração e da Corrupção seguido de convite à filosofia**. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Landy Editora, 2001.
- BESTA, Fabio. **La Ragioneria**. 2. ed. Milano: Cada Editrice Dottor Francesco Vallardi. 1922.
- CARNEIRO, Erymá. **Aspectos Jurídicos do Balanço**. São Paulo: Edição da Revista das Sociedades Anônimas, sem data. Coleção Biblioteca do Contador, VIII Volume.
- CERBONI, Giuseppe. **La Ragioneria Scientifica**. Roma: Ermanno Loescher, 1886.
- D`AURIA, Francisco. **Varição do Valor Efetivo do Capital**. São Paulo: Ed. Atlas, 1953.
- _____. **Primeiros Princípios de Contabilidade Pura**. São Paulo:

- Companhia Editora Nacional, 1959.
- DIAS, Fernando Caetano. **A Técnica da Leitura dos Balanços**. 2. ed. Lisboa: Livraria Moraes, 1944.
- EINSTEIN, Albert; INFELD, Leopold. **A Evolução da Física**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.
- FLORENTINO, Américo Mateus. **Classificação de Patrimônio para uma análise econômica dos Balanços das empresas**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1963.
- _____. **Análise Contábil: Análise de Balanços**. 9. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- _____. **Análise de Balanço para companhias de Seguros**. São Paulo: Ed. Manuais Técnicos de Seguros, 1976.
- FRANCO, Hilário. **Fundamento Científico da Contabilidade**. São Paulo: Ed. Revisora Gramatical, 1950.
- _____. **Contabilidade Geral**. 6. edição. São Paulo: Ed. Atlas, 1961.
- _____. **Estrutura, análise e interpretação de balanço**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1973.
- KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de J. Rodrigues de Mereje. Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint, s/d.
- MASI, Vincenzo. **La Scienza del Patrimônio**. Milano: Nicola Milano Editore, 1971.
- _____. **Statica Patrimoniale**. 2. ed. Padova: Cada Editrice Dottore Antonio Milani, 1945.
- _____. **Filosofia della Ragioneria**. Bolonha: Dott. Cesare Zuffi – Editore, 1955.
- _____. **Analisi finanziarie e reddituali in relazione al capitale in gestione nelle imprese**. Milano: Cada Editrice Dottor Francesco Vallardi, 1939.
- _____. **Dinamica Patrimoniale**. Padova: Cada Editrice Dottore Antonio Milani, 1947. V I e II.
- MELLO, Carlos Espírito Santo S. de. **Análise de Balanços (da empresa, sob o ponto de vista financeiro)**. Lisboa: Portugália Editora, 1953.
- NASCIMENTO, José Olavo. **Contabilidade**. 2. ed. Porto Alegre: Estilo, 1975.
- _____. **Apontamentos de Contabilidade Geral**. Porto Alegre: UFRGS – DAECA, 1969.
- PFALTZGRAFF, Rogério. **Aspectos científicos da contabilidade**. 3. edição. Rio de Janeiro: Livraria Tupã, 1956.
- ROSSI, Giovanni. **L'ente Econômico-amministrativo**. Emilia: Stabilimento Tipo–Litografico Degli Artigianelli, 1882.
- SÁ, Antônio Lopes. **Teoria geral do conhecimento contábil**. Belo Horizonte: IPAT–UNA, 1992.
- _____. **Filosofia da Contabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1953.
- _____. **Teoria do capital das empresas**. Rio de Janeiro: FGV, 1965.
- _____. **O Equilíbrio do Capital das Empresas**. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A, 1959.
- _____. **Curso Superior de Análise de Balanços**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1973. Volume I e II.
- _____. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.
- _____. **Estudo Analítico da Rentabilidade das Empresas**. Rio de Janeiro: APEC, 1971.
- _____. **Moderna Análise de Balanços ao Alcance de Todos**. Curitiba: Ed. Juruá, 2005.
- _____. Prosperidade e Padrões Contábeis. **Revista Mineira de Contabilidade**, Belo Horizonte, MG, n. 22, 2. trim. CRCMG, 2006.
- SILVA, Rodrigo Antonio Chaves da. **Introdução à moderna contabilidade geral**. Curitiba: Juruá, 2012.
- _____. **Teoria do Neopatrimonialismo filosófico**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura, 2007.
- _____. Filosofia da Análise da Estabilidade da Liquidez. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, SC, v. 4, n. 11, CRCSC, 2006.
- _____. O equilíbrio do capital e a sua intensidade: pontos da filosofia Neopatrimonialista. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. CRCSC, Florianópolis, Ano 6, n. 18, agosto/ novembro de 2007.
- STEINSTRASSER, Albino Mathias. **Estrutura e análise de Balanços**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 1957.
- VIANA, Cibilibs da Rocha. **O estudo da gestão na Contabilidade**. Porto Alegre: Imprensa Universitária, 1962.
- ZAPPA, Gino. **Il Rédito di Impresa**. 2. edição. Milão: Dott. A. Giuffrè – Editore, 1950.